

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Nos portos, novo avanço da política para a infraestrutura	2
Título: Perda com ‘gatos’ na rede elétrica chega a R\$ 8 bi	3
Título: Consumo de energia subiu 2,2% em fevereiro	5
VEÍCULO: Correio Braziliense	6
Título: De olho no gasto com energia	6
Título: Devolução de cobrança indevida	8

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Editorial**Autor:****Título:** Nos portos, novo avanço da política para a infraestrutura

Com a escassez de recursos orçamentários, governos têm de agir com presteza e competência para atrair investidores

Com as concessões de duas áreas do Porto de Santarém, no Pará, ganha mais corpo o programa do governo Temer de parcerias e leilões destinado a atrair investimentos privados para a infraestrutura. Lançado em setembro de 2016, o programa começou efetivamente dois meses depois, com a venda, pela holding federal Eletrobrás, do controle acionário da distribuidora Celg (de Goiás) e teve sequência há alguns dias com os leilões dos aeroportos de Florianópolis, Porto Alegre, Salvador e Fortaleza realizados pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Um consórcio formado pela Petróleo Sabba, com 60%, e pela Petrobrás Distribuidora, com 40%, arrematou os terminais STM04 e STM05 do Porto de Santarém. Em um dos casos, houve disputa acirrada. O leilão foi “extremamente bem-sucedido”, comemorou o ministro dos Transportes, Maurício Quintella.

O governo estava tão interessado em promover a licitação que admitia até receber um valor simbólico pelas concessões de terminais em Santarém, onde se localizam centros de movimentação e armazenamento de grãos líquidos, principalmente gasolina, etanol, diesel e querosene, responsáveis pelo abastecimento de grande parte da Região Norte do País. Os contratos das duas áreas estavam vencidos.

Mais importante do que o valor de R\$ 68,2 milhões que será pago pelos vencedores à União e ao atual operador de uma das áreas, porém, é a evidência de que a política de concessões na área de infraestrutura mudou para melhor, encerrando a longa fase de erros que a caracterizaram durante as administrações petistas, sobretudo no período Dilma.

O programa de concessões terá sequência em breve. No âmbito portuário, está marcada para o mês que vem a licitação de área no Porto do Rio para movimentação de trigo, prevendo-se que outros terminais sejam licitados ainda neste ano nos Portos de Paranaguá, no Paraná, e Itaqui, no Maranhão, para celulose e veículos.

Com a escassez de recursos orçamentários, os governos federal, estaduais e municipais têm de agir com presteza e competência para atrair investidores para a infraestrutura. Destaca-se na nova política a disposição de unir o interesse público de assegurar infraestrutura de qualidade com interesses privados legítimos. O governo Temer tem mostrado realismo nessa tarefa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Perda com ‘gatos’ na rede elétrica chega a R\$ 8 bi

Diariamente, cerca de 5% da energia produzida no País é furtada do sistema; maior número de fraudes ocorre nas distribuidoras do Norte

‘Gatos’ consomem uma média de 5% da produção diária nacional de energia

Todos os dias, um volume de energia suficiente para iluminar todo o Estado de Santa Catarina e seus 7 milhões de habitantes é roubado da geração elétrica nacional. São mais de 15 milhões de megawatts de energia que, por hora, escorrem pelos cabos das ligações clandestinas, os famosos “gatos”, que só em 2015 geraram prejuízo superior a R\$ 8 bilhões.

Os dados apurados por novo estudo do Instituto Acende Brasil, especializado no setor elétrico, expõem o tamanho do rombo financeiro que, no fim das contas, acaba sendo cobrado dos consumidores que mantêm suas contas e instalações em ordem. Isso ocorre porque as distribuidoras trabalham com margem de preço suficiente para arcar com as diferenças entre a energia que compram das usinas geradoras e aquela que efetivamente faturam para seus usuários. Caso contrário, correriam risco de ir à bancarrota.

Na média, o roubo elétrico suga diariamente 5% da produção nacional de energia. A diluição, golpe dado por milhões de instalações clandestinas, ajuda a ofuscar o tamanho do estrago. Os R\$ 8 bilhões furtados em 2015 e que não chamam a atenção da população superam, com folga, os R\$ 6,2 bilhões que a Petrobrás teve de declarar em baixas contábeis no mesmo ano, por conta da corrupção escancarada pela Operação Lava Jato, da Polícia Federal.

“Há um problema moral nisso tudo. A sociedade acaba tolerando uma situação dessas como se fosse natural, porque se trata do que se costuma chamar de pequeno furto. Mas quando observamos a dimensão do problema que é produzido, encaramos como a realidade do setor é assustadora”, diz Claudio Sales, presidente do Acende Brasil.

Calote. Aos golpes, soma-se o peso da inadimplência. Clientes que somam mais de dois anos de atrasos no pagamento da conta de luz geram prejuízo de mais R\$ 3 bilhões por ano. Somados com os gatos, chega-se a um rombo de R\$ 11 bilhões.

As distribuidoras da região Norte do País concentram o maior número de fraudes. A Amazonas Energia (AME), controlada pela estatal Eletrobrás, vê regularmente 32,5% da energia que lança pelas linhas de transmissão do Estado ser consumida por instalações ilegais. Na Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), esse volume foi de 28,1% em 2015.

O baque mais agressivo das fraudes é sentido pelo Rio de Janeiro. A Light, uma das maiores distribuidoras do País, entrega energia para 4,2 milhões de clientes. Outras 1,75 milhão de unidades de consumo, porém, (sejam consumidores formais da empresa ou não) roubam energia diariamente dos postes cariocas. Na Baixada Fluminense, conforme números da própria empresa, 40% da carga são desviadas por golpes. As fraudes consomem ainda 30% do que chega até as zonas Norte e Oeste do Rio.

Do total da energia distribuída na área de concessão da empresa, 23,4% é furtada, o equivalente aos 6 mil megawatts consumidos por todas as residências do Espírito Santo. Nos cálculos da Light, se todos esses furtos fossem eliminados, a tarifa de energia no Rio cairia 17%.

As maracutaias têm sobrecarregado as distribuidoras do Rio e, segundo a Light, provocado interrupções no fornecimento. “Entre os dias 22 e 31 de janeiro a Light atendeu 30 mil chamados em razão de interrupções”, declara a empresa.

Apesar de o maior número de ligações irregulares ser nas favelas, é nas mansões e nos bairros nobres do Rio que ocorrem os maiores assaltos elétricos. Donos de casas de luxo roubam energia para fazer a manutenção de suas piscinas, por exemplo, consumindo um volume de energia muito superior à média de pequenas casas. Dentro da clientela ilegal, as áreas nobres respondem por 55% do total desviado, segundo a Light.

Em janeiro, a Light fez 30,4 mil inspeções para encontrar ligações irregulares. Foram identificadas 20,4 mil irregularidades, um índice de acerto de aproximadamente 70%. “Neste mesmo período, foram efetuados junto à polícia 26 registros de ocorrência, com quatro prisões”, informou a empresa.

Setor público. O setor público, que deveria ser exemplo de responsabilidade financeira com o setor elétrico é na verdade seu principal caloteiro. Por consequência, também afeta a contabilidade das distribuidoras de energia todos os meses e o bolso da população.

A iluminação pública e os órgãos municipais e estaduais lideram a lista de inadimplência em todo o País, segundo dados do Instituto Acende Brasil. Enquanto o calote de ao menos três meses nas contas de luz oscilou entre 2,6% e 3% em 2015 entre consumidores residenciais, comerciais e industriais, no poder público o índice dobrou, indo a 6%.

Nos últimos anos, a inadimplência registra volumes crescentes, saltando de R\$ 3,2 bi em 2013 para mais de R\$ 5 bi em 2015. É um reflexo da alta das tarifas após a eleição presidencial de 2014. Em 2015, a conta de luz subiu mais de 50% devido ao “realismo tarifário”, que interrompeu o controle artificial do preço de energia, pelo governo, nos anos anteriores.

Pelas regras atuais, a distribuidora de energia pode realizar o corte do consumidor por conta de inadimplência, mas só tem 90 dias para tal. Após esse prazo, a empresa não pode suspender a energia por conta de fatura vencida e não paga.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Luciana Collet

Título: Consumo de energia subiu 2,2% em fevereiro

Retomada da indústria é um dos principais favores para movimentação

O consumo de energia no Sistema Interligado Nacional (SIN) em fevereiro apresentou crescimento de 2,2% em relação ao valor verificado no mesmo mês do ano passado, segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Na comparação com a carga registrada em janeiro, a alta é de 2,3%, enquanto no acumulado dos últimos 12 meses observa-se expansão de 1,4% frente o período anterior.

Desconsiderado efeitos de fatores fortuitos e não econômicos sobre a carga, como o efeito calendário (diferença no número de dias úteis), variações de temperatura diferentes das esperadas e perdas na Rede Básica, o crescimento do consumo foi da ordem de 2,1% em fevereiro, na comparação com igual mês de 2016.

“Com a melhoria da confiança da indústria, em resposta à desaceleração das taxas negativas apresentadas por alguns indicadores, como a melhoria da credibilidade da política econômica e elevação dos preços das commodities, já se observa, ainda que tímidos, efeitos positivos na carga de energia”, afirmou o ONS em seu boletim de carga mensal.

O operador destacou o desempenho do consumo no subsistema Sudeste/Centro-Oeste, que cresceu 1,7% em fevereiro e acumula alta de 0,8% em 12 meses. Conforme o ONS, foi o segundo mês consecutivo de variação positiva do submercado, que representa cerca de 60% da carga do SIN.

O submercado com maior crescimento do consumo foi o Sul. A carga na região aumentou 4,5% em fevereiro frente igual período do ano anterior. Desconsiderando os fatores fortuitos, a variação positiva é de 3,7%. O ONS citou as temperaturas elevadas como um dos principais motivos para a elevação, mas também afirmou que foram observados aumentos das cargas industriais de alguns setores na região.

No Nordeste, a carga de energia cresceu 3,3% em fevereiro, na comparação anual, também influenciada pela ocorrência de temperaturas médias superiores às ocorridas no mesmo mês do ano anterior. Com relação a janeiro de 2017, houve uma variação negativa de 2,2%.

Por fim, no Norte, o consumo em fevereiro apresentou queda de 0,4% em relação ao mesmo mês de 2016. “A carga dos consumidores industriais eletrointensivos do subsistema Norte conectados à rede básica, que passou por expressiva contração ao longo dos últimos anos, mantém-se em patamar bastante reduzido desde meados do ano de 2014”, disse o ONS. O operador também citou a influência das chuvas e da nebulosidade, além da redução da carga de alguns consumidores livres durante parte do mês, para o resultado.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Sinome Kafruni

Título: De olho no gasto com energia

Serviço essencial, sem o qual não se faz quase nada hoje em dia, a energia elétrica é responsável por uma das contas que mais pesam no orçamento dos brasileiros, sobretudo, dos mais pobres. Nos últimos anos, a fatura ficou mais pesada no bolso e ainda mais complicada de entender. O fundamental, contudo, não mudou: além de ficar atento ao preço final da conta de luz, é preciso controlar o consumo, medido por quilowatts/hora (kWh), principalmente durante as crises hídricas, como a que o Distrito Federal enfrenta atualmente.

O que pode encarecer a fatura, este ano, é justamente a condição hidrológica desfavorável que se desenha, com a proximidade do fim do período úmido e reservatórios ainda em níveis críticos. Os demais fatores que compõem o preço da conta de luz — que não são poucos — devem mantê-la sem grandes oscilações, afirma o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel),

Romeu Rufino. “No Distrito Federal, a tarifa deve andar de lado (sem queda ou aumento significativos)”, estima.

O consumidor quase nunca confere o que consumiu efetivamente de kWh, olha apenas o valor da fatura, explica Rufino. “O custo com energia é somente uma parte da conta. A maior fatia é de impostos e encargos”, diz. (Veja composição no quadro ao lado). “Como os tributos incidem em toda a cadeia de energia elétrica, e não só no preço final da fatura, a carga tributária do setor chega a 50%. E não é gerenciável pela agência”, alerta Rufino.

Parte regulamentada pela Aneel, a tarifa tem quatro componentes: custo da energia, medido por kWh; a transmissão, que é o transporte da eletricidade, de onde foi gerada para onde será consumida; a distribuição, que leva a energia até a casa do consumidor; e os encargos setoriais. As distribuidoras compram a energia em leilões. Declaram o que precisam para atender seus mercados e contratam o necessário para suprir a demanda. Se essa energia virá de fontes hídricas, mais baratas, ou térmicas, mais caras, não fica definido na contratação. “Por isso, foi criada a figura da bandeira tarifária. Quando térmicas são acionadas, a bandeira sinaliza que a energia é mais cara e arrecada o valor para custeá-la. Também indica ao consumidor que é o momento de economizar”, diz.

Para o diretor da CMU Comercializadora de Energia, Walter Fróes, o risco que os consumidores correm, este ano, é de bandeira vermelha. “Vamos entrar no período seco com reservatórios em níveis piores do que estavam no ano passado. Não acredito em racionamento de energia, mas certamente vamos pagar mais pela bandeira tarifária”, projeta. Em março, a bandeira está amarela, com cobrança extra de R\$ 1,50 por cada 100 kWh consumidos. Se saltar para vermelha, os acréscimos podem ser de R\$ 3 até R\$ 4,50 por 100 kWh.

Em contrapartida, outros fatores podem dar um certo alívio na conta, destaca Romeu Rufino, por isso, a tendência é o reajuste ficar no zero a zero. “A Aneel faz uma estimativa anual para cada distribuidora, para corrigir a tarifa, e depois ajusta essa projeção conforme apura os números reais. Isso dá uma diferença no chamado ‘componente financeiro’, que pode ser para mais ou para menos. Este ano, no caso da CEB, tende a ser negativo. Vamos retirar da tarifa 9,37%”, explica. Esse percentual está sendo cobrado desde outubro de 2016 (novo aniversário de reajuste da distribuidora) e será retirado da tarifa em outubro de 2017, quando será acrescida outra projeção, conforme os parâmetros deste ano.

Tais parâmetros são definidos por vários fatores. Um deles é o orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), o principal encargo do setor e também o mais difícil de gerenciar, de acordo com Rufino. “A CDE cobre um conjunto de subsídios garantidos por lei (veja no quadro ao lado). A Aneel faz um orçamento para fechar essa conta todos os anos”, ressalta. Isso porque, apesar

das multas da agência e as cobranças por uso de bens públicos arrecadarem fundos para a CDE, os gastos são maiores do que as receitas. “Este ano, o orçamento é menor do que o do ano passado. Ele é rateado entre as empresas e repassado para a tarifa”, diz. Com orçamento mais baixo, o efeito médio será de queda de 1,29% no Sistema Interligado Nacional (SIN) e de 1,71% nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Indenizações

Se por um lado, haverá queda, as indenizações das transmissoras de energia vão provocar aumento, alerta o diretor de regulação da Thymos Energia, Ricardo Savoia. “No primeiro semestre, estão ocorrendo reajustes negativos, mas, depois, o viés será de alta”, projeta. Romeu Rufino esclarece que o pagamento das indenizações será parcelado em oito anos e vai impactar na tarifa em 7,2%, em média, no país, e, em 5,77%, no caso da CEB.

O custo com transmissão é crescente no país porque mais usinas estão sendo construídas e todas distantes dos centros consumidores, como Belo Monte, Jirau e Santo Antonio, no Norte do país, enquanto o Sudeste tem a maior demanda por energia. Além disso, quando o governo de Dilma Rousseff decidiu renovar antecipadamente a concessão das transmissoras, retirou a remuneração da base e decidiu indenizá-las. O que não fez. “Como o serviço não foi descontinuado, tivemos que recompor a remuneração das transmissoras em duas parcelas. A parte atrasada atualizada com juros e a reinserção na remuneração”, diz Rufino.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Sinome Kafruni

Título: Devolução de cobrança indevida

Nas contas de abril ou de maio, os consumidores de todo o país receberão a devolução por uma cobrança indevida de energia de reserva da Usina de Angra 3, que ainda nem começou a operar. O erro na cobrança foi admitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que decidiu devolver tudo à vista de uma vez só. Apesar de pontual, será um pequeno alívio para os consumidores, que nem sabiam que estavam pagando por isso. A maioria desconhece a complexidade das faturas de energia, mas não acredita em queda no preço final.

“Eu não entendo muito bem a conta, mas duvido que haja redução. O governo só aumenta as coisas. Nossa fatura era de menos R\$ 80 e passou para mais de R\$ 100. Isso que adotamos algumas medidas de economia, como apagar tudo que não está em uso”, conta o estudante Artur Gabriel, de 24 anos. Valquíria Félix, 39, que atua na área financeira, também acredita que a tendência é a conta de

energia aumentar. “Temos que fazer a nossa parte, que é reduzir o consumo, até porque há uma crise, mas isso nem sempre se reflete no preço final”, lamenta.

Compensação

O radialista Tiago Medeiros, 31, garante que confere quantos quilowatts/hora gasta todos os meses. “Eu checo para ver se mantenho a mesma média. Reduzimos o uso do chuveiro para colaborar. Mas acredito que, como há crise hídrica, a bandeira vai subir”, estima. Para o taxista Abisail Martins, 57, a falta de água no Distrito Federal vai impactar na conta de luz. “O governo nunca baixa nada. Tudo só sobe neste país. Minha conta, que já foi de R\$ 49, agora está em R\$ 150. E nós instalamos até sensor de presença em algumas lâmpadas para economizar”, diz.

O diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, explica que a questão de Angra 3 realmente foi um equívoco e por isso a agência prontamente decidiu devolver tudo de uma só vez, apesar de a cobrança ter sido diluída. “O valor total é R\$ 1,8 bilhão, mas isso não foi totalmente pago porque cada distribuidora incluiu a parcela em seu aniversário”, diz. A nova data da CEB, que abastece o Distrito Federal, é outubro, portanto, a cobrança indevida ocorreu por cinco meses.

“Esse valor seria compensado no processo anual de reajuste. Mas uma coisa é a Aneel não saber precisar um custo, fazer uma estimativa e depois ajustá-lo, que é como a agência trabalha. Outra, é cobrar por uma usina que não estava produzindo”, admite o diretor da Aneel. A energia de reserva é outro encargo de serviço que é repassado na tarifa. Na próxima terça-feira, a diretoria do órgão regulador vai corrigir o erro e definir como os valores, de todas as distribuidoras do país, serão devolvidos aos consumidores.

MME / ASCOM .